



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
PÚBLICA - FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS - CCA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BLEND A LARA CARVALHO FONSECA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR NO EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO:
UMA ANÁLISE COM FOCO NOS ARTIGOS 1.177 E 1.178 DO CÓDIGO CIVIL

BRASÍLIA
2017

BLENDALARA CARVALHO FONSECA

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR NO EXERCÍCIO DE SUA
FUNÇÃO: UMA ANÁLISE COM FOCO NOS ARTIGOS 1.177 E 1.178 DO CÓDIGO
CIVIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Eduardo Tadeu Vieira

**BRASÍLIA
2017**

Fonseca, Blenda Lara Carvalho

F676r

Responsabilidade civil do contador no exercício de sua função: uma análise com foco nos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil. – Brasília-DF, 2017.

46 fls.

Monografia (Graduação) – Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade Brasília, 2017.

Orientador: Prof. Eduardo Tadeu Vieira.

1. Profissional contábil. 2. Ética. 3. Código de ética do contador. 4. Responsabilidade civil. 5. Código civil. I. Vieira, Eduardo Tadeu. II. Universidade de Brasília. III. Título.

CDU:

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

BLEND A LARA CARVALHO FONSECA

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR NO EXERCÍCIO DE SUA
FUNÇÃO: UMA ANÁLISE COM FOCO NOS ARTIGOS 1.177 E 1.178 DO CÓDIGO
CIVIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em ____/____/____

Professor Dr. Eduardo Tadeu Vieira
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília

Professor Dr. José Antônio de França
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

À Deus que iluminou meu caminho durante essa jornada, me dando força e coragem para superar as dificuldades.

À minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao Professor e Orientador Eduardo Tadeu Vieira pelos ensinamentos, apoio, atenção e suporte durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O instituto da responsabilidade civil é tema importante para a vida profissional de dos contadores, porém, ainda é um assunto pouco conhecido por essa classe de profissionais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade civil dos contadores no exercício de sua função, com enfoque nos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil, que tratam especificamente da responsabilidade civil do contabilista como preposto, por atos por ele praticados dentro e fora do estabelecimento do preponente. A pesquisa se utilizou especialmente da análise de doutrina, da lei, da jurisprudência e de normas contábeis, tendo como ponto central a demonstração de como o contador pode ser responsabilizado civilmente, devendo, em alguns casos, ressarcir o prejuízo causado a terceiros, em razão de atos praticados no exercício de seu ofício. Demonstrou-se que o Código Civil de 2002 aumentou consideravelmente as responsabilidades pessoais e profissionais dos contabilistas. Concluiu-se que o artigo 1.177 do Código Civil prevê que o contabilista, no exercício de escrituração, é pessoalmente responsável perante o preponente por atos culposos e, perante terceiros, é solidariamente responsável com o preponente por atos dolosos. Também se chegou à conclusão, conforme artigo 1.178 do Código Civil, que o empresário preponente é responsável por todos os atos praticados pelos contadores dentro de seu estabelecimento, que tenham relação com as atividades da empresa. Porém, quanto aos atos praticados fora do estabelecimento, os empresários somente serão responsáveis por aqueles atos praticados pelos contabilistas que estejam previstos expressamente no contrato de prestação de serviços.

PALAVRAS-CHAVES: Profissional contábil. Ética. Código de Ética do contador.

Responsabilidade civil. Código Civil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Antecedentes ao problema	7
1.2	Justificativa da escolha do tema	8
1.3	Objetivos	Erro! Indicador não definido.
1.4	Organização do trabalho	8
2	A CONTABILIDADE	11
2.1	Origem da Contabilidade	11
2.2	Conceito de Contabilidade	13
2.3	Função e finalidade da contabilidade	13
2.4	O profissional Contábil	15
3	DA ÉTICA	17
3.1	Conceito de ética	17
3.2	Ética <i>versus</i> Moral	18
3.3	A ética e o profissional contábil	20
3.3.1	<i>O Código de ética profissional do contador – Resolução 803/1996 do CFC</i>	21
4	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	23
4.1	O que é responsabilidade civil	23
4.1.1	<i>Sua finalidade</i>	24
4.2	Teorias da Responsabilidade Civil	25
4.2.1	<i>Responsabilidade Civil Subjetiva</i>	26
4.2.2	<i>Responsabilidade Civil Objetiva</i>	28
5	DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR	30
5.1	Da responsabilidade do Contador no Código de Civil Brasileiro	30
5.1.1	<i>A responsabilidade do contador como preposto</i>	31
5.1.1.1	Da responsabilidade pessoal perante o preponente por atos culposos	33
5.1.1.2	Da responsabilidade solidária do preposto com o preponente por atos dolosos, em face de terceiros	34
5.1.2	<i>A responsabilidade do preponente quanto aos atos praticados pelo preposto em seu estabelecimento</i>	35
5.1.2.1	Dos atos praticados dentro do estabelecimento	36
5.1.2.2	Dos atos praticados fora do estabelecimento	37
5.2	Da jurisprudência relacionada ao tema	38
	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a responsabilidade civil dos profissionais contábeis, no exercício de suas funções, com foco específico nos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil, que tratam da responsabilidade civil dos contabilistas e auxiliares como prepostos e do empresário como preponente.

1.1 Antecedentes ao problema

São cada vez mais frequentes, notícias sobre escândalos de corrupção envolvendo profissionais contábeis no exercício de sua profissão. São inúmeros casos de fraudes, desvio de dinheiro, emissão de notas frias, maquiagem de balanço, sonegação de impostos, dentre outros ilícitos envolvendo contadores.

Referidos escândalos ocorrem em razão da prática de ilícitos por profissionais contábeis, o que, conseqüentemente, acarretará penalizações na esfera civil e penal. Porém, o que muitos profissionais contábeis desconhecem é que podem ser responsabilizados civilmente, não apenas quando há prática de atos ilícitos, mas também em razão de imperícia, negligência, imprudência e erros. Neste caso, causando danos a terceiros, deverão indenizar o prejuízo.

Sabe-se que a transparência dos fatos e a excelência do controle interno da gestão empresarial estão diretamente ligadas a uma contabilidade profissional proba e lícita. Além disso, a contabilidade evoluiu significativamente no Brasil, nos últimos tempos, passando a adotar princípios internacionais e, agregado a este fato houve diversas alterações das obrigações tributárias, por exemplo, que passam pela tecnologia da informação, onde os órgãos em todos os níveis se unificaram na busca da obtenção de maior celeridade e transparência dos fatos, exigindo das empresas e profissionais uma atualização que antes não era costumeira. (COSTA, 2017)

Dessa forma, muitos profissionais contábeis não estavam e, muitos, ainda não estão preparados para as mudanças que a contabilidade vem sofrendo, razão pela qual os referidos escândalos acontecem, na medida em que o contador, despreparado, comete erros, age com dolo, gera inconsistência contábil, gestão fraudulenta, enriquecimento ilícito, dentre outros ilícitos. (COSTA, 2017)

Espera-se dos contabilistas que eles ajam com o maior profissionalismo possível, com retidão e diligência, conseqüentemente, é essencial que eles conheçam o instituto da responsabilidade civil e como isso pode intervir na execução de seus serviços.

1.2 Justificativa da escolha do tema

A razão da escolha do tema ocorreu em razão de os profissionais contábeis desconhecerem a regulamentação da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que a presente matéria é pouco analisada tanto na faculdade como na doutrina.

Os contadores precisam estar cientes que diante do arcabouço de informações envolvidas em operações duvidosas, haverá sempre uma lei que irá punir os responsáveis pelas condutas ímprobas. Além disso, é necessário, também, que o contador esteja ciente de que, ao exercer sua profissão, havendo erro, mesmo sem intenção, ele poderá ser punido.

Ocorre que muitos contadores não têm conhecimento sobre esses fatos, quais sejam, de que podem ser penalizados se, acaso, causarem prejuízos a terceiros, no exercício de sua profissão. E, o instituto que disciplina as referidas penalizações é a chamada responsabilidade civil. O estudo e compreensão do referido instituto é essencial para os contadores, na medida em que devem ter pleno conhecimento de que causando prejuízo a terceiros eles serão responsabilizados civilmente, devendo, em muitos casos, ressarcir monetariamente o lesado.

Ocorre que, apesar da importância do estudo desse instituto para os contadores, esse tema não é muito ensinado e pesquisado nos cursos de ciências contábeis, o que é ruim para os contadores, na medida em que essa matéria está diretamente ligada ao exercício profissional do contador.

Vê-se que exercer a profissão sem zelo, ética e profissionalismo pode acarretar conseqüências gravíssimas, não só de ordem monetária, como também, em alguns casos, até a perda do registro profissional no órgão de classe.

Esse tema é de relevante interesse à classe contábil fazendo com que os contadores reavaliem a forma como estabelecem os serviços prestados, visto que poderão ser responsabilizados civilmente pelos atos praticados que causarem danos a terceiros.

1.3 Objetivos

Visa-se, no presente trabalho, demonstrar que os contadores podem ser responsabilizados civilmente pelos seus atos no exercício de sua profissão, podendo,

inclusive, serem demandados judicialmente para ressarcir o prejuízo de quem se sentir lesado por suas condutas. Portanto, será feita uma investigação sobre como o instituto da responsabilidade civil, prevista no Código Civil, é aplicada ao profissional contábil.

Será analisada como está prevista a responsabilidade civil do contador no Código Civil, especificamente nos artigos 1.177 e 1.178, que tratam de sua responsabilidade pelos atos de escrituração contábil e fiscal que causarem danos a terceiros.

Nesse sentido, será demonstrado que o contador pode ser responsabilizado civilmente pela prática de atos culposos ou dolosos, ou em alguns casos, independentemente de culpa ou dolo, simplesmente por ter causado prejuízo a outrem.

O presente trabalho objetiva analisar, sob a perspectiva da ética e da responsabilidade civil e, dos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil, como o contador pode ser responsabilizado civilmente pela prática de atos que acarretem prejuízo a terceiros, no exercício de suas funções. Visa-se demonstrar que ao agir com culpa ou dolo, o contador será responsabilizado se causar prejuízos a terceiros, neste caso, será necessário provar o elemento subjetivo. Também se objetiva demonstrar que há casos em que, independentemente de culpa ou dolo, o contador será responsabilizado simplesmente por ter causado dano a outrem.

Dessa forma, pretende-se demonstrar a importância dos conceitos de ética e moral no exercício da profissão contábil, bem como apresentar os conceitos e tipos de responsabilidade civil, para, ao final, expor os aspectos da responsabilidade civil do contabilista prevista nos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil.

1.4 Organização do trabalho

Para realização do trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica relativamente ao tema, que apesar de ser pouco tratado, contou com a doutrina de inúmeros juristas e doutrinadores conceituados no mundo jurídico. Além disso, fez-se uma pesquisa sobre a jurisprudência relacionada ao tema e como os tribunais brasileiros têm aplicado o instituto da responsabilidade civil aos contadores.

A pesquisa foi dividida em quatro partes, a primeira delas trata sobre a origem da contabilidade, abordando uma breve evolução histórica sobre o tema, o conceito de contabilidade, sua função e finalidade, e, ainda, sobre as funções exercidas pelo profissional contábil.

No capítulo segundo, fez-se uma análise sobre a ética em geral, tratando do seu conceito, distinguindo-o do conceito de moral e, ainda, analisando as disposições previstas no Código de Ética do contador, discorrendo sobre quais são seus deveres e proibições.

O terceiro capítulo trata do instituto da responsabilidade civil, demonstrando sua conceituação e finalidade e distinguindo as duas teorias existentes sobre o referido instituto, a responsabilidade subjetiva e a objetiva.

O último capítulo trata da responsabilidade civil do contador sob a análise dos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil, focando-se na responsabilidade do contador como preposto, na responsabilidade do preponente e na responsabilidade do preposto quanto aos atos praticados dentro e fora do estabelecimento do preponente. Ainda, foi demonstrado como alguns tribunais brasileiros tem obrigado alguns contadores a ressarcir o prejuízo de seus clientes, em razão da configuração responsabilidade civil no caso concreto.

Por fim, tem-se a conclusão, na qual se demonstra a importância do estudo da ética e da sua responsabilidade civil para o contador, e como ele deve sempre exercer sua função com zelo, responsabilidade e ética, tendo em vista que, causando prejuízos a terceiros, poderá ser demandado judicialmente para ressarcir os danos.

Para o desenvolvimento do presente trabalho utilizou-se do estudo de doutrinas, artigos, leis, jurisprudência e normas contábeis, no sentido *latu sensu*.

2 A CONTABILIDADE

Para que seja compreendida toda sistemática da ética e da responsabilidade civil relativa aos contadores, previstas tanto no Código de Ética do contador como no Código Civil, é necessária uma abordagem dos conceitos básicos de contabilidade.

Neste capítulo, é analisado como surgiu, qual o conceito e qual a função da contabilidade, além de se fazer uma análise quanto às atribuições do contador no exercício de sua profissão.

2.1 Origem da Contabilidade

As noções de contabilidade são tão antigas quanto à própria existência do ser humano. Existem diversos relatos sobre a origem das ciências contábeis, sendo difícil precisar exatamente quando ela começou.

Porém, antes mesmo do comércio, já existiam indícios da existência da contabilidade. É o que ensina Sérgio de Iudícibus (2009, p. 15):

Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.

Portanto, a origem da contabilidade é tão antiga quanto à própria história da civilização.

Até o surgimento da moeda, a evolução da contabilidade se deu de forma lenta.

Na época em que apenas se trocavam mercadorias, os comerciantes anotavam suas obrigações, direitos e bens em face de terceiros, porém, tratava-se apenas de um mero inventário físico, sem avaliação monetária (IUDÍCIBUS, 2009).

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, tornou-se necessária a realização de registros. Com o surgimento das primeiras administrações particulares tornou-se necessário o controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, para que fosse possível prestar conta da coisa administrada (ZANLUCA; ZANLUCA, 2017).

Vê-se, então, que o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e suas práticas está diretamente ligada ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações (IUDÍCIBUS, 2009).

Na medida em que as operações econômicas se tornam mais complexas, o seu controle foi se tornando cada vez mais refinado. Por exemplo, existem registros de que as escritas

governamentais da República Romana já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões (ZANLUCA; ZANLUCA, 2017).

E, sabe-se que a Contabilidade floresceu como disciplina, na antiguidade, nas cidades italianas Veneza, Pisa, Florença, Gênova, dentre outras, exatamente em razão da intensa atividade comercial experimentadas nessas regiões:

Estas cidades e outras da Europa fervilhavam de atividade mercantil, econômica e cultural, mormente a partir do século XIII até o início do Século XVII. Representavam o que de mais avançado poderia existir, na época, em termos de empreendimentos comerciais e industriais incipientes. Foi nesse período, obviamente, que Pacioli escreveu seu famoso *Tractatus de cumputis et scripturis*, provavelmente o primeiro da dar uma exposição completa e com muitos detalhes, ainda hoje atual, da Contabilidade. (IUDÍCIBUS, 2009, p. 16)

Iniciou-se, assim, a “Escola Italiana” (Escola Europeia) de Contabilidade.

A partir de 1920 surgiu a fase de predominância norte-americana na Contabilidade, vigente até os dias atuais.

No Brasil, predominou até a década de 50, a doutrina italiana, mas com a vinda de indústrias estrangeiras norte-americanas para o país essa influência foi se dissipando, ocorrendo uma evolução dos conhecimentos contábeis (REIS; SILVA; SILVA, 2007).

Através do Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, foram criados os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, com a determinação de fiscalizar e reger a profissão contábil no Brasil.

Em 1981, o CFC, estabeleceu as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC, dividindo-as em Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica, NBC-T e Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais, NBC-P, sendo dispostos dezesseis princípios contábeis.

Em 2001, foi criado o IASB (International Accounting Standards Board), que é a organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza as International Financial Reporting Standards (IFRS):

Criado fundamentalmente a partir de nove países, Reino Unido, França, Alemanha, Países Baixos, Estados Unidos, Canadá, México, Austrália e Japão, seu objetivo foi formular e publicar padrões de contabilidade de interesse público a serem observados na apresentação das demonstrações financeiras e promover sua aceitação e observação mundo afora. Assim o IASB procura substituir uma variedade de padrões nacionais de contabilidade por um padrão único internacional. Este veio a emitir um número grande de padrões, conhecidos como padrões internacionais de contabilidade (IAS), mas que eram pouco específicos, permitindo assim muitos tratamentos alternativos à informações contábeis, o que o fez reduzir sua praticabilidade nos demonstrativos financeiros. Além disso, outra

dificuldade enfrentada por este organismo foi como forçar as corporações a seguirem seus padrões. (MARTINS; BRASIL, 2008, p. 8)

O Brasil tem uma tendência de convergência às normas do IASB, tendo em vista que órgãos como o Banco Central do Brasil, a Comissão Valores Mobiliários, o Ibracon e o CFC têm emitido normas no sentido de adequar certas práticas contábeis Brasileiras às normas internacionais (MARTINS; BRASIL, 2008).

Em 2005, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução no 1.055/05, criou o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por três razões formais:

- convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil diversas entidades o fazem); e
- representação e processo democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo). (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007, p. 20-21)

O Brasil, portanto, caminha para um processo de convergência com as normas internacionais.

2.2 Conceito de Contabilidade

A contabilidade desde sempre vem sendo considerada uma arte, uma técnica ou uma ciência pelos doutrinadores.

Hoje, pode-se dizer que a contabilidade é a linguagem universal dos negócios.

Ao se considerar a contabilidade como um conjunto de conhecimentos sistematizados, com princípios e normas próprias, ela é, no sentido mais amplo do conceito de ciência, uma das ciências econômicas e administrativas (FRANCO, 2009).

É uma ciência porque possui objeto determinado e método de investigação próprio, que estuda fenômenos que se verificam de forma universal, apresentando verdades em torno de um mesmo objeto (GONÇAVES; BAPTISTA, 2011).

O objeto da contabilidade é o patrimônio, seja de pessoa física ou jurídica. Portanto, a contabilidade é uma ciência que tem por objetivo o estudo do patrimônio das entidades.

Assim, podemos conceituá-la como a ciência que tem como objetivo o estudo do patrimônio, com a utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar acumular, resumir e analisar os fatos que afetam o patrimônio de uma pessoa (GONÇAVES; BAPTISTA, 2011).

2.3 Função e finalidade da contabilidade

A contabilidade, como um sistema de informações, tem como função primordial estudar e registrar o comportamento das riquezas do patrimônio de determinada entidade. Assim, por meio dos demonstrativos financeiros da contabilidade é possível fornecer informações para tomada de decisões (OLIVEIRA, 2009).

Dessa forma, as funções da contabilidade são basicamente registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar todas as modificações ocorridas no patrimônio de uma empresa, em razão de sua atividade econômica ou social. Pode-se, então, resumir as funções da contabilidade em:

- a) Registrar todos os fatos que vierem a ocorrer e que podem ser representados em valor monetário;
- b) Organizar um sistema de controle adequado à cada empresa;
- c) Demonstrar com base nos registros realizados, expor periodicamente por meio de demonstrativos, a situação econômica, patrimonial e financeira da empresa;
- d) Analisar os demonstrativos com a finalidade de apuração dos resultados obtidos;
- e) Acompanhar a execução dos planos econômicos da empresa, prevendo os pagamentos a serem realizados, as quantias a serem recebidas de terceiros, e alertando para eventuais problemas. (LUNELLI, 2014, p. 1).

A contabilidade é essencial para que todas as empresas tenham conhecimento sobre seu patrimônio, montantes de ativos e passivos, além disso, viabiliza ao empresário ter noções com precisão a respeito da lucratividade de determinada operação.

Dessa forma, a contabilidade “tem por fim registrar os fatos e produzir informações que possibilitem ao titular do patrimônio o planejamento e o controle de sua ação”. (GONÇAVES; BAPTISTA, 2011, p. 4).

Para Hilário Franco (2009, p. 22):

A finalidade da Contabilidade é, pois, controlar fenômenos ocorridos no patrimônio de uma entidade através do registro, da classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos neles ocorridos, objetivando fornecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Assim, a contabilidade fornece informações à administração, permitindo uma melhor gestão econômica e financeira da empresa e um melhor controle dos bens patrimoniais da entidade. Além disso, as informações prestadas pela Contabilidade sobre o patrimônio da entidade e sobre sua composição e variações, ainda interessa a terceiros, como investidores, fornecedores, autoridades fiscais, dentre outros (FRANCO, 2009).

Dessa forma, a principal função e finalidade primordial da contabilidade é fornecer informações de caráter econômico-financeiro para possibilitar à administração da empresa a tomada de decisões.

2.4 O profissional Contábil

O profissional contábil é aquele responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos estudos do patrimônio de determinada entidade, atuando, assim, nas áreas financeira, econômica e patrimonial.

É o responsável pela apuração de receitas, despesas e lucros de determinada empresa, assim como pela contabilização destes elementos na forma prevista pela lei.

Na atualidade, como o profissional contábil domina informações financeiras e econômicas de uma empresa, bem como sua evolução patrimonial, estando cada vez mais inserido no processo de gestão da organização.

Assim, o profissional contábil é aquele que exerce um trabalho habitual nas células sociais:

Com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza. (SÁ, 2004, p. 136)

Dessa forma, o profissional contábil é essencial na tomada de decisões a nível gerencial e financeiro em qualquer empresa. Portanto, pode-se dizer que ele é indispensável para sobrevivência de qualquer empresa.

Entretanto, o profissional contábil, assim como qualquer outro profissional de outras áreas, deve sempre basear seu trabalho na ética. “A contabilidade não se encaixa a apenas registrar os fatos administrativos de uma determinada empresa. Para a execução dessas atividades é necessário seguir alguns princípios, o da Ética, da Integridade, da Lealdade” (GOMES et al., 2010, p. 42).

Vê-se, assim, que o papel do profissional contábil é cada dia mais importante e essencial na sobrevivência de qualquer empresa, devendo sempre exercer seu ofício pautado pela ética. Nesse sentido:

O papel do contador na sociedade é, a cada dia, mais relevante. A contabilidade não é somente registrar e controlar fatos administrativos, gerar guias e escriturar livros como a maioria das pessoas pensam. Ao conhecer profundamente a empresa, o profissional contábil é chamado constantemente a não apenas evidenciar o que já aconteceu; é chamado sim a dar sua opinião sobre o futuro da empresa. Sendo assim, o contador é peça fundamental para a sobrevivência das empresas, subsidiando as tomadas de decisões. O papel

social do Contador é o bem estar da coletividade. (GOMES et al., 2010, p. 43)

A ética, portanto, é exigida a todos os profissionais, independentemente de sua área de atuação. Dessa forma, o contador deve se basear suas ações em seu código de ética, que determina sua postura e conduta adequada para o exercício de sua profissão.

Logo, o contador deve entender com profundidade a contabilidade, os princípios e as normas contábeis, o Código de Ética e as diversas legislações como, por exemplo, o Código Civil.

Consequentemente, ao dominar o exercício de sua profissão e as legislações que a regem, saberá seu valor e, assim, “poderá valorizar sua profissão, provará sua importância e relevância para a sociedade, não apenas pela profissão que exerce, mas também pelo exemplo de profissionalismo e de conduta ética e moral” (GOMES et al., 2010, p. 42).

3 DA ÉTICA

A contabilidade não se limita exclusivamente ao registro de fatos de uma determinada empresa, para auxiliar na tomada de decisões. Para o exercício da profissão é necessário seguir alguns princípios, como o da ética, da integridade e da lealdade.

Por essa razão, o contador além de entender com profundidade a contabilidade, os princípios e as normas contábeis, deve entender e conhecer bem o Código de Ética de sua profissão.

Uma efetiva base ética deve ser formada e solidificada ao longo da vida dos indivíduos, principalmente na vida escolar, o que torna o estudo da disciplina de ética uma matéria obrigatória nos cursos acadêmicos, dada à sua importância. E não é diferente no curso de ciências contábeis, tendo em vista que a matéria ética profissional faz parte do fluxo obrigatório neste curso superior.

Antes de analisar a responsabilidade civil do contador no exercício da sua profissão, faz-se necessário o entendimento do conceito de ética, sua distinção do conceito de moral e, ainda, faz-se necessária uma análise sobre as normas éticas que devem pautar os trabalhos do profissional contábil, conforme é demonstrado a seguir.

3.1 Conceito de ética

Ética pode ser definida, de forma simplificada, como o ramo da filosofia que estuda o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado (LISBOA, 1997).

Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade, ela serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social. Dessa forma, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, ela está relacionada, na verdade, com o sentimento de justiça social (BRAGIO, 2014).

Nesse sentido, a ética fundamenta toda a base de uma sociedade civilizada, politicamente consistente e focada no bem-estar de seus cidadãos. Segundo Vázquez (2000, p. 23) “ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”.

A ética existe em todas as sociedades humanas com o objetivo de facilitar a relação entre as pessoas. Tanto os indivíduos como os grupos sociais, desde sempre, remontam às próprias origens do homem como ser social, contudo, mesmo estando presente nas

comunidades primitivas, somente milênios após começou a existir uma reflexão sobre este comportamento prático-moral (VÁZQUEZ, 2000).

O conhecimento ético, portanto, proporciona um processo intelectual que leva à compreensão dos fenômenos éticos e, por isso, assim como as demais ciências, pode-se enfocar esse fenômeno sob um aspecto objetivo, mesmo que as definições e interpretações de ética sejam pessoais:

Posso enfocar os fenômenos éticos dentro de um ponto de vista objetivo. Embora as descrições e interpretações sejam pessoais, é possível estudar os fenômenos éticos objetivamente. É possível reunir informações, definir elementos e enunciar regras pelas quais posso perceber, identificar, analisar e sintetizar os conhecimentos colhidos em torno dos fenômenos. Esta possibilidade conduz à afirmação de que, assim como os demais campos do conhecimento humano, posso sistematizar dados, métodos de coleta de informações, descrever o contexto em que ocorre e enunciar as leis que regem o fenômeno ético. O estudo da ética possibilita chegar a enunciados de natureza cognitiva que obedecem a relações de causa-efeito. A partir destes enunciados posso obter regras, normas e leis compatíveis com as necessidades objetivas do conceito. (KORTE, 1999, p. 27).

Fica claro que a ética é um meio de pautar o comportamento humano na sociedade. Dessa forma, percebe-se que a ética é algo essencial nos dias atuais, na medida em que há cada vez mais a degradação de certos valores que vêm desestabilizar a vida em sociedade, que atualmente vive um momento de violência, desrespeito, egoísmo e indiferença entre os indivíduos. Esse fato foi bem analisado por Nalini (2006, p. 24):

Nunca foi tão urgente, como hoje se evidencia, reabilitar a ÉTICA. A crise da Humanidade é uma crise de ordem moral. Os descaminhos da criatura humana, refletidos na violência, na exclusão, no egoísmo e na indiferença pela sorte do semelhante, assentam-se na perda dos valores morais. A insensibilidade no trato com a natureza denota a contaminação da consciência humana pelo vírus da mais cruel insensatez.

Dessa forma, o respeito à ética é essencial para a sobrevivência de qualquer sociedade, tendo em vista que é ela a ciência que baseia toda e qualquer norma que dite os comportamentos a serem seguidos (LISBOA, 1997). Portanto, inexiste vida em sociedade sem a existência de ética, responsável por pautar os comportamentos dos homens no agrupamento social.

3.2 Ética *versus* Moral

Neste ponto, mostra-se essencial distinguir os conceitos de ética e de moral. Como demonstrado anteriormente, a ética é a ciência que estuda exatamente o que é moralmente

certo ou errado, os valores morais que devem pautar a vida em sociedade. Porém, esses conceitos apesar de serem tratados como sinônimos, não se confundem.

Moral e ética são conceitos habitualmente tratados como sinônimos, “ambos referindo-se a um conjunto de regras de conduta consideradas como obrigatórias”(LA TAILLE, 2007).

Essa associação entre os conceitos de ética e moral são compreensíveis, na medida em que ambas as palavras tem a mesma base etimológica. A ética se origina da palavra grega *ethos* e a moral da palavra latina *mores*, sendo que ambas significam hábitos e costumes (LISBOA, 1997).

Korte (2007, p. 115) afirma que “a ideia contida na moral é a relação abstrata que comanda e dirige o fato, o ato, a ação ou o procedimento”.

Para Lisboa (1997, p. 24) “a moral, como sinônimo de ética, pode ser conceituada como um conjunto de normas que, em determinado meio, granjeiam a aprovação para o comportamento dos homens”.

Dessa forma, a ética, como expressão única do pensamento correto, traduz à ideia de uma forma ideal e universal de comportamento humano, baseada em princípios válidos para todo pensamento normal e sadio (LISBOA, 1997).

Vázquez (2000, p. 63), por sua vez define moral como “um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens”, tornando-se necessária porque “nenhuma das sociedades humanas conhecidas, até agora, desde as mais primitivas, tenha podido prescindir desta forma de comportamento”.

Vê-se, portanto, que apesar de o conceito de ética e moral ser apresentado como sinônimos são, na verdade, distintos. “A convenção mais adotada para diferenciar o sentido de moral e de ética é reservar o primeiro conceito para o fenômeno social, e o segundo para a reflexão filosófica ou científica sobre ele” (LA TAILLE, 2007, p. 26).

Pode-se dizer que a moral, então, é uma ação e a ética é a norma. Ou seja, o objeto de estudo da ética é a moral. Sobre a distinção entre os conceitos de ética e de moral, Yves de La Taille (2007, p. 26) afirma:

O fenômeno a que estou me referindo é o fato de todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunto de regras de conduta, por proibições de vários tipos cuja transgressão acarreta sanções socialmente organizadas. Vale dizer que toda organização social humana tem uma moral. Mas, evidentemente, como todo fenômeno social, a moral suscita indagações. Como ela trata de normas de conduta, uma primeira indagação incide sobre suas origens, seus fundamentos, sua legitimidade: tem sido o trabalho da filosofia analisar essas questões. No entanto, a moral também pode ser objeto de um estudo científico: pode-se procurar traçar a história

dos diversos sistemas morais (trabalho de história), pode-se procurar compreender as condições sociais que os tornam possíveis ou até necessários (trabalho da sociologia), pode-se procurar desvendar os processos mentais que fazem com que os homens os legitimem (trabalho da psicologia), e assim por diante. A esse trabalho de reflexão filosófica e científica costuma-se dar o nome de ética. .

Percebe-se, portanto, que a ética é mais ampla que a moral, sendo a moral seu campo de estudo.

De qualquer maneira, ambos os conceitos são essenciais para pautar a conduta de qualquer profissional no exercício de seu ofício, assim como, o profissional contábil.

3.3 A ética e o profissional contábil

Conforme demonstrado anteriormente, as práticas da ética e da moral são imprescindíveis no exercício de qualquer profissão. Para que esses conceitos sejam aplicados no âmbito profissional, existem os códigos de ética profissionais, cujo objeto é exatamente regulamentar a conduta moral e ética de um profissional, indicando normas que conduzem o exercício de seu ofício, regulando, assim, as suas relações da classe profissional com a sociedade.

Dessa forma, “um código de ética pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera sejam observadas no exercício da profissão” (LISBOA, 1997, p. 58).

As normas contidas no código de ética, portanto, “visam o bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição” (LISBOA, 1997, p. 58).

Um código de ética é, portanto, um documento que busca expor os princípios e a missão de uma determinada profissão, devendo ser seu conteúdo pensado para atender às necessidades que aquela categoria serve e representa. “Um dos objetivos de um código de ética profissional é a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta” (LISBOA, 1997, p. 58).

Um código de ética tenta abarcar os princípios éticos que devem fundamentar o exercício de uma profissão, além de regras particulares a serem seguidas a depender dos problemas que surjam na atividade profissional.

O Código de Ética do contador no Brasil começou a surgir em 1950, no V Congresso Brasileiro de Contabilidade e, após vinte anos de amadurecimento e estudos, em 1970, com a Resolução CFC nº 290/70 foi efetivado o primeiro código de ética dos profissionais contábeis

brasileiros (JUCHTECHCHEN JUNIOR, 2015). A segunda versão só aconteceu em 1996, por meio da resolução CFC nº 803/96, que se encontra em vigor até os dias de hoje e será tratada a seguir.

3.3.1 O Código de ética profissional do contador – Resolução 803/1996 do CFC

Conforme exposto anteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução nº 803 de 1996 que se refere ao Código de Ética do profissional contábil.

Além de servir de um parâmetro à ação moral contador, o objetivo deste código é “habilitar esse profissional a adotar uma atitude pessoal, de acordo com princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade” (JUCHTECHCHEN JUNIOR, 2015, p. 61). Conforme a Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, os principais princípios éticos que regem o código de ética do contador são:

- a. responsabilidade, perante a sociedade, de atuar com esmero e qualidade, adotando critério livre e imparcial;
- b. lealdade, perante o contratante de seus serviços, guardando sigilo profissional e recusando tarefas que contrariem a moral;
- c. responsabilidade para com os deveres da profissão mesma (aprimoramento técnico, inscrição nos órgãos de classe etc.);
- d. preservação da imagem profissional, mantendo-se atualizado em relação às novas técnicas de trabalho, adotando, igualmente, as mais altas normas profissionais de conduta. O contador deve contribuir para o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos próprios da profissão. O respeito aos colegas deve ser sempre observado. (LISBOA, 1997, p. 61).

O artigo 1º da Resolução 803/1996 destaca o objetivo do referido código de ética, que é fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. Em seu artigo 2º, há expressamente quais são os deveres e proibições do contador. Alguns incisos deste artigo serão destacados a seguir, relativamente aos deveres do profissional contábil.

Os incisos II ao VI tratam de questões relativas: ao sigilo no exercício da profissão, à competência na orientação técnica dos serviços, à comunicação formal reservada ao cliente ou empregador sobre circunstância que possa influenciar na decisão daquele que lhe formular a consulta, à busca de todas as informações necessárias para emitir uma opinião e à renúncia das funções que exerce por quebra de confiança na relação com o tomador do serviço. Eis o que se extrai dos referidos incisos:

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade:[...]

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia; (CFC, 1996).

Percebe-se, portanto, que estes incisos demonstram o cuidado que o profissional contábil deve ter com todas as informações que obtém junto às organizações que presta serviços, na medida em que tem acesso a informações estratégicas e vitais que se manipuladas ou divulgadas com imperícia podem acarretar prejuízos e outras consequências legais (JUCHTECHCHEN JUNIOR, 2015).

O artigo 3º da mesma resolução prevê as vedações ao profissional contábil no exercício de sua profissão e, em seus incisos XIII e XIV, há a proibição quanto ao aconselhamento ao cliente ou ao empregador contra disposições expressas em leis e normas e, ainda, a vedação ao exercício de atividades com finalidades ilícitas.

Vê-se, assim, que o próprio código de ética prevê os deveres do contador e suas proibições, dentre elas, destaca aquelas que acarretam ilícitos que são puníveis no âmbito penal e civil.

Dessa forma, ao profissional contábil “não basta a preparação técnica, ele deve defender os princípios e valores éticos aplicáveis a sua profissão, de modo a produzir uma imagem verdadeira do que ela se constitui para as novas gerações de profissionais” (BARROS, 2010,p. 28).

Ou seja, o contador deve exercer sua profissão com zelo e conforme prevê seu código de ética, sempre conforme as normas contábeis e à lei, sob pena de responsabilização civil e, até mesmo, penal.

4 DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Conforme demonstrado anteriormente, o contador deve sempre exercer sua profissão de forma ética e de acordo com a lei e as normas contábeis.

O próprio Código de Ética do contador prevê deveres e proibições a estes profissionais e, em caso de descumprimento, havendo danos a terceiros, estará configurada a responsabilidade civil, o que ensejará o ressarcimento do prejuízo.

Este capítulo discorre sobre os aspectos e regras gerais sobre responsabilidade civil, no âmbito do direito, o que é essencial para a compreensão deste instituto, para que no próximo capítulo haja o correto entendimento de como a responsabilidade civil recai sobre o contador no exercício da sua profissão.

4.1 O que é responsabilidade civil

A palavra responsabilidade se origina do latim *re-spondere*, que traduz a ideia de segurança ou garantia da restituição ou compensação do bem sacrificado (GONÇALVES, 2009). Assim, o significado do termo responsabilidade vem da própria origem latina, ou seja, responder a alguma coisa, responsabilizar alguém por algum ato.

A responsabilidade, então, pode ser definida como a imposição de medidas que obrigam alguém a reparar o dano causado a outrem em razão de sua ação ou omissão:

A noção da responsabilidade pode ser haurida da própria origem da palavra, que vem do latim *respondere*, responder a alguma coisa, ou seja, a necessidade que existe de responsabilizar alguém pelos seus atos danosos. Essa imposição estabelecida pelo meio social regrado, através dos integrantes da sociedade humana, de impor a todos o dever de responder por seus atos, traduz a própria noção de justiça existente no grupo social estratificado. Revela-se, pois, como algo inarredável da natureza humana. (STOCO, 2011, p. 114).

A base legal no ordenamento jurídico brasileiro da responsabilidade civil está prevista nos artigos 186 e 927 do Código Civil. Eis o que se extrai destes artigos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

[...]

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002).

Extrai-se da própria legislação que responsabilidade civil deriva da obrigação de reparar um dano causado a outrem, em virtude de uma ação ou omissão.

O Artigo 186 do Código Civil manteve o princípio da responsabilidade com base na culpa, enquanto o artigo 927 do mesmo diploma legal “acolheu a teoria do exercício de atividade perigosa e o princípio da responsabilidade independentemente de culpa nos casos especificados em lei” (GONÇALVES, 2009, p. 8).

Dessa forma, o termo responsabilidade civil pode ser entendido como o dever jurídico, em que cada pessoa se coloca, seja em razão de um contrato, seja em razão de fato ou omissão, que lhe seja imputado, para cumprir a prestação convencionada ou suportar as sanções legais impostas (SILVA, 2016).

A ilustre jurista Maria Helena Diniz define responsabilidade civil como:

A aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa e a ela pertencente ou de simples imposição legal. (DINIZ, 2006, p. 39).

Portanto, percebe-se que responsabilidade civil é a obrigação de reparar o prejuízo de outrem, por meio do ressarcimento, suprimindo, assim, o vácuo patrimonial ou extrapatrimonial criado pelo dano causado àquela pessoa.

4.1.1 Sua finalidade

A responsabilidade civil tem como objetivo reparar o dano de quem teve seu direito violado. Por essa razão, a responsabilidade civil engloba não só os danos advindos do ato ilícito, como também impõe o ressarcimento de prejuízos causados por ação ou omissão de um agente. Sérgio Cavalieri Filho (2008, p. 24) entende que o dever de ressarcimento ao dano imposto pela responsabilidade civil decorre do próprio sentimento de justiça:

O anseio de obrigar o agente, causador do dano, a repará-lo inspira-se no mais elementar sentimento de justiça. O dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no *statu quo ante*. Impera neste campo, o princípio da *restitutio in integrum*, isto é, tanto quanto possível, repõe-se a vítima à situação anterior à lesão. Isso se faz através de uma indenização fixada em proporção ao dano. Indenizar pela metade é responsabilizar a vítima pelo resto (Daniel Pizzaro, in *Daños*, 1991). Limitar a reparação é impor à vítima que suporte o resto dos prejuízos indenizados.

Segundo Roberto Senise Lisboa (2002), a responsabilidade civil possui dupla função na esfera jurídica do lesado. A primeira é garantir o direito do prejudicado, que decorre exatamente da necessidade de segurança jurídica que a vítima dispõe para ter ressarcido os

danos sofridos por ela. A segunda função é servir de sanção civil, que decorre da ofensa à norma jurídica atribuída ao agente causador do dano em favor da vítima prejudicada.

Kruger Filho (2000, p. 33) também debate a finalidade da responsabilidade civil, demonstrando a imprescindibilidade do instituto para a concretização e eficácia das normas de Direito:

É precisamente para compelir os homens a observarem e respeitarem as regras de convivência, que lhes são impostas pelo Direito, que o instituto da responsabilidade tem a sua razão de ser e o seu fundamento, sendo que a sua finalidade é a de impedir a perpetração de danos à sociedade e aos indivíduos, isoladamente considerados, impondo as respectivas sanções pela inobservância dessas regras

A finalidade primordial da responsabilidade civil é, portanto, a reparação do dano, ou seja, o ressarcimento do prejuízo causado a outrem.

4.2 Teorias da Responsabilidade Civil

Conforme demonstrado anteriormente, o ordenamento jurídico brasileiro prevê o instituto da responsabilidade civil, que pode surgir em razão da prática de uma conduta culposa ou não.

Tanto é assim, que a responsabilidade civil se divide em duas teorias. A responsabilidade civil subjetiva, conhecida como teoria da culpa, é aquela que considera o elemento culpa na obrigação de reparar o dano. A responsabilidade objetiva, também conhecida como teoria do risco, faz abstração da culpa, ou seja, independe de culpa para implicar na obrigação de ressarcir o prejuízo.

A presença do elemento culpa é exatamente o que distingue a responsabilidade civil subjetiva da objetiva.

“A ideia de culpa esta visceralmente ligada à responsabilidade, por isso, de regra, ninguém pode merecer censura ou juízo de reprovação sem que tenha faltado com o dever de cautela em seu agir” (CAVALIERI FILHO, 2008, p. 16). Dessa ideia surge o fato de que a culpa, segundo a teoria clássica, é o principal pressuposto da responsabilidade civil subjetiva. Eis o que ensina Carlos Roberto Gonçalves (2009, p. 22):

Diz-se, pois, ser “subjetiva” a responsabilidade quando se esteia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável. Dentro desta concepção, a responsabilidade do causador do dano somente se configura se agiu com dolo ou culpa

O artigo 186 do Código Civil manteve a culpa como fundamento da responsabilidade subjetiva. Registra-se que a culpa é empregada em sentido amplo, ou seja, não indica simplesmente a culpa *stricto sensu*, mas também o dolo (CAVALIERI FILHO, 2008).

Por outro lado, quando a lei não impõe a necessidade de culpa para a reparação do dano, diz-se que a responsabilidade é objetiva, pois independe de culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade. (GONÇALVES, 2009). Essa teoria objetiva ou do risco, tem como pressuposto que todo dano é indenizável, e deve ser reparado por quem a ele se liga por um nexo de causalidade, independentemente de culpa (ALVIM, 1980).

Dessa forma, a responsabilidade objetiva não depende de prova da culpa do agente para que ele seja obrigado a reparar o dano. Carlos Roberto Gonçalves (2009, p. 22) demonstra que a responsabilidade pela reparação do dano, segundo essa teoria, ou depende da lei ou do próprio risco:

No caso de responsabilidade objetiva, não se exige prova de culpa do agente para que seja obrigado a reparar o dano. Em alguns casos, ela é presumida pela lei. Em outros, é de todo prescindível, porque a responsabilidade se funda no risco (objetiva propriamente dita ou pura).

Portanto, basicamente o que distingue uma teoria da outra é o elemento culpa. A seguir serão analisadas detalhadamente essas duas teorias que fundamentam a responsabilidade civil.

4.2.1 Responsabilidade Civil Subjetiva

Denomina-se responsabilidade civil subjetiva aquela causada por conduta culposa *lato sensu*, que envolve a culpa *stricto sensu* e o dolo. A culpa *stricto sensu* caracteriza-se quando o agente causador do dano praticar o ato com negligência ou imprudência. Já o dolo é a vontade conscientemente dirigida à produção do resultado ilícito (SANTOS, 2012).

No Código Civil brasileiro, a responsabilidade subjetiva está prevista, dentre outros, no artigo 186 deste diploma, e se caracteriza por três elementos, quais sejam, o dano, a conduta do agente, que se divide em culposa e dolosa, e o nexo de causalidade entre eles.

Sérgio Cavalieri Filho (2008, p. 17) lista quais são os pressupostos para a responsabilidade subjetiva:

Há primeiramente um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser o dolo ou a culpa; e, ainda, um elemento causal-material, que é o dano e a respectiva relação de causalidade.

E destrinchando-se o artigo 186 do Código Civil, pode-se identificar claramente os três pressupostos para a responsabilidade civil subjetiva:

- a) *conduta culposa do agente*, o que fica patente pela expressão “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia”;
- b) *nexo causal*, que vem expresso no verbo *causar*; e
- c) *dano*, revelado na expressão “violar direito ou causar dano a outrem” (CAVALIERI FILHO, 2008, p. 17).

O pressuposto da conduta é dividido em duas espécies, a ação e a omissão. A lei se refere expressamente a qualquer pessoa que por ação ou omissão cause dano a outrem. “A responsabilidade pode derivar de ato próprio, de ato de terceiro que esteja sob a guarda de agente, a ainda de danos causados por coisas ou animais que lhe pertençam” (GONÇALVES, 2009, p. 33).

Portanto, a conduta é o comportamento humano que se exterioriza por meio de uma ação ou omissão que produz consequências jurídicas. A ação ou omissão é o aspecto físico, objetivo, da conduta, enquanto a vontade é seu aspecto psicológico, subjetivo (CAVALIERI FILHO, 2008).

E, essa conduta deve ser culposa ou dolosa para gerar o dever de indenizar. Venosa (2010) entende culpa como o fundo animador do ato ilícito, da injúria, ofensa ou má conduta imputável, havendo dois elementos nessa figura, quais sejam, o objetivo, expressado na ilicitude e o subjetivo, no mau procedimento imputável.

Dolo é entendido como a ação ou omissão do agente que, antevendo o dano que sua atividade vai causar, deliberadamente prossegue, com o propósito, mesmo, de alcançar o resultado danoso (RODRIGUES, 2003). Ou seja, o dolo é a vontade consciente dirigida à produção de um resultado ilícito. Sérgio Cavalieri (2008, p. 31) faz uma boa distinção entre dolo e a culpa:

Tanto no dolo como na culpa há conduta voluntária do agente, só que no primeiro caso a conduta já nasce ilícita, porquanto a vontade se dirige à concretização de um resultado antijurídico – o dolo abrange a conduta e o efeito lesivo dele resultante –, enquanto no segundo a conduta nasce lícita, tornando-se ilícita na medida em que se desvia dos padrões socialmente adequados. O juízo de desvalor no dolo incide sobre a conduta ilícita desde a sua origem; na culpa, incide apenas sobre o resultado. Em suma, no dolo o agente quer a ação e o resultado, ao passo que não culpa ele só quer a ação, vindo a atingir o resultado por desvio accidental de conduta decorrente de falta de cuidado.

O outro elemento necessário para a responsabilidade subjetiva é o dano, na medida em que não havendo dano não há que se falar em dever de indenização. Para Agostinho Alvim (1980, p. 46):

Dano em sentido amplo, vem a ser a lesão de qualquer bem jurídico, e aí se inclui o dano moral. Mas, em sentido estrito, dano é, para nós, a lesão do patrimônio; e patrimônio é o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis em dinheiro. Aprecia-se o dano tendo em vista a diminuição

sofrida no patrimônio. Logo, a matéria do dano prende-se à indenização, de modo que só interessa o estudo do dano indenizável.

Por fim, o último elemento da responsabilidade subjetiva é a existência de um nexo causal entre o fato ilícito e o dano por ele produzido, na medida em que, sem essa relação de causalidade, não se admite indenizar (GONÇALVES, 2009).

Portanto, o dano somente pode gerar responsabilidade quando seja possível estabelecer um nexo causal entre ele e o seu autor:

Não basta, portanto, que o agente tenha praticado uma conduta ilícita, tampouco que a vítima tenha sofrido um dano. É preciso que esse dano tenha sido causado pela conduta ilícita do agente, que exista entre ambos uma necessária relação de causa e efeito. Em síntese, é necessário que o ato ilícito seja a causa do dano, que o prejuízo sofrido pela vítima seja resultado desse ato, sem o que a responsabilidade não correrá a cargo do autor material do fato. Daí a relevância do chamado nexo causal. Cuida-se então, de saber quando um determinado resultado é imputável ao agente; que relação deve existir entre o dano e o fato para que este, sob a ótica do Direito, possa ser considerado causa daquele. (ALVIM, 1980, p. 171-172)

O nexo de causalidade, portanto, consiste na relação de causa e efeito entre a conduta praticada pelo agente e o dano suportado pela vítima. Assim, para existir responsabilidade subjetiva é necessária a presença de todos os elementos descritos acima.

4.2.2 Responsabilidade Civil Objetiva

Na responsabilidade civil objetiva, também conhecida como teoria do risco, não há necessidade de se provar a culpa do agente para gerar o dever de indenizar o dano causado por ele, bastando que exista um nexo de causalidade entre o prejuízo causado à vítima e a conduta do agente.

Percebe-se, assim, que a diferença primordial entre a responsabilidade subjetiva e objetiva é a necessidade da prova da existência de culpa, exigida no primeiro caso e dispensada no segundo.

No caso da responsabilidade objetiva, a culpa pode ser presumida pela lei ou prescindível, tendo em vista que essa responsabilidade se funda na teoria do risco:

Nos casos de responsabilidade objetiva, não se exige prova de culpa do agente para que seja obrigado a reparar o dano. Em alguns ela é presumida pela lei. Em outros, é todo prescindível, porque a responsabilidade se funda no risco (objetiva propriamente dita ou pura).

Quando a culpa é presumida, inverte-se o ônus da prova. O autor da ação só precisa provar a ação ou omissão e o dano resultante da conduta do réu, porque a culpa já é presumida. (GONÇALVES, 2009, p. 46)

A dispensa da demonstração de culpa ou dolo na responsabilidade civil objetiva se dá em razão de ela ser baseada na teoria do risco:

A teoria do risco é a da responsabilidade objetiva. Segundo essa teoria, aquele que, através de sua atividade, cria risco de dano para terceiros deve ser obrigado a repará-lo, ainda que sua atividade e seu comportamento sejam isentos de culpa. Examina-se a situação, e, se for verificada, objetivamente, a relação de causa e efeito entre o comportamento do agente e o dano experimentado pela vítima, esta tem direito de ser indenizada por aquele. (AGUIAR, 2002, p. 10)

A doutrina do risco pode ser descrita como todo prejuízo causado a alguém deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem causou, independentemente de ter ou não agido com culpa (CAVALIERI FILHO, 2008).

O Código Civil em vigor avançou significativamente comparado ao anterior, criando e ampliando hipóteses de responsabilidade objetiva ou sem culpa, resultando na “adoção de um sistema de responsabilidade civil que melhor proteja a vítima e consiga o ideal de socializar os encargos” (STOCO, 2011, p. 186).

A responsabilidade civil objetiva está prevista no Código Civil, dentre outros artigos, no parágrafo único do artigo 927 que prevê que haverá a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos previstos em lei ou quando a atividade desenvolvida pelo autor dano, pela própria natureza, implicar risco para os direitos de terceiros (BRASIL, Lei 10.406, 2002). Sobre o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil, leciona Rui Stoco (2011, p. 186):

O parágrafo único do art. 927 criou hipótese de responsabilidade sem culpa, no exercício de atividade perigosa e de risco, quando esse perigo seja inerente à própria atividade, independentemente do modo de seu exercício e, ainda, desimportando que essa atividade seja legítima ou ilegítima, mas exigindo-se que se trate de risco anormal e especial. É a teoria do risco da atividade perigosa.

Percebe-se que a própria lei expressamente afastou a incidência do elemento culpa na responsabilidade objetiva, na medida em que para que ocorra o dever de indenizar basta que a vítima demonstre que a conduta do autor gerou o dano, independentemente de dolo ou culpa.

Portanto, “a responsabilidade, fundada no risco da atividade, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros a comunidade” (DINIZ, 2006, p. 58).

A responsabilidade objetiva, ou responsabilidade sem culpa, somente pode ser aplicada quando existe lei expressa que autorize. Dessa forma, na ausência de lei expressa, a responsabilidade pelo ato ilícito será subjetiva, tendo em vista que esta é a regra geral no direito brasileiro (VENOSA, 2003).

5 DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTADOR

Demonstrado quais são os deveres e proibições impostas aos contadores pelo código de ética, o que é responsabilidade civil subjetiva e objetiva e quais são os requisitos necessários para que elas estejam configuradas, faz-se necessário, agora, demonstrar quais são as disposições previstas no Código Civil, relativamente à responsabilidade civil dos profissionais contábeis no exercício de sua profissão.

O Código Civil que entrou em vigor em 2003 aumentou razoavelmente as responsabilidades pessoais e profissionais dos contadores e, em seus artigos 1.177 e 1.178, tratou especificamente das responsabilidades dos contabilistas e auxiliares, na condição de prepostos, dentro e fora do estabelecimento comercial do preponente, conforme é tratado a seguir.

5.1 Da responsabilidade do Contador no Código de Civil Brasileiro

Os contabilistas quando não se organizam em uma empresa de prestação de serviços, atuando isoladamente e sem vínculo empregatício ou de subordinação, são considerados profissionais liberais e, por essa razão, possuem sua responsabilidade civil regulamentada pelo Código Civil (STOCO, 2011).

Os profissionais contábeis tiveram suas atividades destacadas de forma bastante ampla no Código Civil que entrou em vigor no ano de 2003, que assegurou à categoria, suas prerrogativas profissionais, demonstrando à sociedade sua demasiada importância no âmbito das relações empresariais e sociais (DORNELES; BARICHELO, 2004).

Desde o advento da referida norma, a responsabilidade civil do Contador aumentou bastante, podendo ele, agora, responder civilmente, pessoalmente e solidariamente perante a empresa e terceiros, algumas vezes com seu próprio patrimônio, devendo, inclusive, pagar indenização caso seja comprovada fraude contábil e a companhia obtenha vantagens em função disso (DORNELES; BARICHELO, 2004).

Com o advento da Lei nº. 10.406/02, Código Civil atualmente em vigor, houve a inclusão dos artigos 1.177 e 1.178, que trouxeram inovações jurídicas quanto à responsabilidade do profissional contábil, aumentando suas obrigações e deveres.

Tanto é que, o referido *codex*, do art.1.177 ao art.1.195, trata especificamente da profissão contábil, definindo a responsabilidade civil dos contadores pelos atos relativos à

escrituração contábil e fiscal praticadas por eles e quando houver danos a terceiros (DORNELES; BARICHELO, 2004).

O Código Civil de 2002, portanto, reservou especial atenção às normas voltadas à administração contábil, buscando veementemente fortalecer os aspectos morais e éticos do profissional contábil, aumentando, assim, sua responsabilidade, especialmente na esfera civil:

A responsabilidade civil do profissional de contabilidade, pelos atos relativos à escrituração contábil e fiscal, ficou mais bem delineada com o novo Código Civil de 2002, pois está mais claro que o profissional de contabilidade é responsabilizado por culpa dos seus atos (desídia, imperícia, in vigilância) perante o seu cliente. (HOOG, 2003, p. 274)

São os artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil que definem a responsabilidade civil do Contabilista pelos atos relativos à escrituração contábil e fiscal praticadas por ele, na condição de preposto e quando praticadas dentro ou fora do estabelecimento do preponente.

Dessa forma, os contabilistas tiveram suas atividades destacadas no Código Civil de 2002 e, ao mesmo tempo, “passaram a ser alvo de imputação de maiores responsabilidades nos seus atos, sobretudo na produção e divulgação dos demonstrativos contábeis” (NIVEIROS et al., 2012, p. 4).

5.1.1 A responsabilidade do contador como preposto

O artigo 1.177 do Código Civil trata da responsabilidade civil do preposto perante o preponente e perante terceiros, podendo responder pessoalmente ou solidariamente com o preponente, a depender da existência de culpa ou dolo nos atos praticados por ele.

Primeiramente é importante definir os conceitos de preposto e preponente.

A palavra preposto deriva do latim *pre positum*, que significa aquele que se apresenta em lugar de outro, ou seja, são as pessoas que representam o preponente. “No direito de empresa, o preponente é o empresário ou o administrador da sociedade que, mediante contrato ou carta de preposição, nomeia outra pessoa, o preposto, para gerir seu negócio ou representá-lo.” (FABRETTI, 2004, p. 73).

De Plácido e Silva (2016, p. 431) faz uma didática diferenciação entre o conceito de preposto e preponente:

Preponente, entende-se, na linguagem jurídica e comercial, a pessoa que pôs ou colocou alguém em seu lugar, em certo negócio ou comércio, para que o dirija, o faça ou o administre em seu nome. Preponente é propriamente o patrão, o empregador, quando se apresenta no duplo aspecto de locatário de serviços e de mandante. Juridicamente, o preponente é, em regra, responsável pelos atos praticados por seus prepostos: caixeiros, feitores, viajantes, quando no exercício da propositura, isto é, quando em desempenho das funções ou dos encargos, que se mostrem objetos da preposição.

Desse conceito, extrai-se a ideia de que o preponente é cliente e o preposto é o contabilista, ou seja, aquele contratado para realizar a escrituração de uma entidade. Oliveira (2005, p.7) também diferencia preposto de preponente, nos seguintes termos:

Assim sendo, o preposto pode ser um auxiliar direto, um empregado, subordinado, pessoa que recebe ordens de outra ou um profissional liberal responsável por uma determinada atividade, enquanto que o preponente é quem constitui, em seu nome, por sua conta e sob sua dependência, para ocupar-se dos negócios relativos a suas atividades. O preponente é o patrão, empregador ou titular do negócio. O preposto deve exercer suas funções com muito zelo e diligência, pois embora pratique seus atos em nome do titular, poderá responder pelo uso inadequado da preposição.

O parágrafo único do artigo 1.177 do Código Civil prevê que os prepostos são pessoalmente responsáveis perante os preponentes, por atos culposos e, perante terceiros, são solidariamente responsáveis com o preponente, por atos dolosos. Eis o que se extrai do dispositivo:

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele. Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos. (BRASIL, 2002).

Infere-se do *caput* do referido artigo que a escrituração feita pelo contabilista preposto, salvo em caso de má-fé, produzem os mesmos efeitos como se fossem feitas pelo preponente:

Como é dever do empresário e da sociedade (preponente) escriturar regularmente seus livros, os assentos neles lançados pelo contabilista (CC, art. 1.182; Decreto-lei n. 806/69 e Decreto n. 66.408/70) que é o preposto encarregado da escrituração produzirão, salvo se houver má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele. (DINIZ, 2003, p. 740).

O profissional contábil, portanto, é o preposto encarregado da escrituração contábil da empresa. Dessa forma, os lançamentos efetuados por este, nos livros e documentos da empresa, consideram-se feitos pelo próprio empresário, salvo se for constatado que o profissional contábil agiu de má-fé. (IMPLICAÇÕES..., 2017)

Nesta caso, se o contador “tiver conhecimento do erro ao divulgar o balanço, ele responderá à Justiça e outras entidades da mesma forma que o proprietário da empresa”. (NIVEIROS et al., 2012, p. 4).

O parágrafo único do artigo 1.177 do Código Civil dispõe, expressamente, sobre a responsabilidade civil do contabilista no exercício da escrituração. Afirma que o contabilista é pessoalmente responsável perante o preponente (empresário/ cliente) por atos culposos e,

perante terceiros, é responsável solidariamente com o preponente pelos atos dolosos. Sobre a responsabilidade solidária entre o contador e seu cliente, Niveiros (2012) afirma:

Nesta, o contabilista assume, juntamente com o seu cliente, a responsabilidade por atos dolosos, perante terceiros. Desta forma, balanços falsos/simulados implicam a responsabilidade do profissional da contabilidade junto com o administrador por dolo, isto em todas as situações possíveis, compreendendo, ações na justiça cível, relativamente ao direito societário/comercial, ambiental, trabalhista, previdenciário e fiscal e ações na justiça criminal, destacando em especial pela inobservância ao previsto no artigo 342 do Código Penal que trata do falso testemunho ou falsa perícia. (NIVEIROS et al., 2012, p. 4).

Consequentemente, a depender da natureza do ato, a responsabilidade civil do contabilista será distinta.

5.1.1.1 Da responsabilidade pessoal perante o preponente por atos culposos

Em se tratando de atos culposos, o Código Civil prevê que a responsabilidade do contador será pessoal perante o preponente.

Responsabilidade pessoal é aquela que decorre de conduta própria, ou seja, só responde pelo fato aquele que deu causa ao dano. (CAVALIERI FILHO, 2008). Somente responderá pessoalmente o contador quando praticar algum ato culposos, e conforme demonstrado anteriormente, atos culposos são aqueles decorrentes de negligência, imperícia ou imprudência:

Responderá pessoalmente quando agir com culpa. Tal qual no ramo do direito penal: age com culpa aquele que age com negligência, imprudência ou imperícia, onde o agente embora pratique o ato desconhece ou não espera o resultado, ou seja, o resultado é alheio à vontade do agente. (SILVA; BRITO, 2004, p. 96)

Dessa forma, há prática de ato culposos, por exemplo, “quando o profissional no exercício de suas funções não os pratica de má-fé, mas por descuido ou aplicação indevida da legislação vigente, e vem trazer resultados diferentes dos que realmente deveriam ter sido apurados, prejudicando terceiros.” (CARVALHO; CHAGAS, 2015, p. 5).

Portanto, a culpa acontece quando o contador não tem a intenção, de forma consciente, de lesar outrem ou, mesmo sem intenção, causa prejuízo a alguém, por não observar as regras básicas da sua profissão, agindo, assim, de forma imprudente, negligente ou com imperícia na prática de suas ações. (MARQUES, 2005).

Pode-se exemplificar ato culposos como erros numéricos no ato de escrituração ou quando o contador deixar de tomar as devidas cautelas na verificação de documentos.

Além disso, o referido artigo prevê que, em caso de atos culposos, o preposto será responsável pessoalmente perante o preponente. Assim, o contador responderá perante os empresários, clientes, sócios, administradores que tiverem contratado seus serviços, enquanto, estes responderão perante terceiros em caso de prejuízos causados.

Portanto, percebe-se que caso o preposto cause dano a terceiros em razão de ato culposos, a empresa responderá objetivamente perante os prejudicados. Nesse sentido:

Como regra geral de responsabilidade na relação de preposição, o parágrafo único deste artigo estabelece que haverá responsabilidade objetiva da empresa quando o preposto venha a causar dano a terceiro em virtude de ato culposos, cabendo ao preponente indenizar os prejuízos causados, com ação regressiva contra o responsável. (FIUZA; SILVA, 2010. p. 606)

Assim, há responsabilidade civil objetiva da empresa quando o contabilista preposto causar danos a terceiros em razão de ato culposos, devendo o preponente indenizar os prejuízos causados, cabendo ação regressiva contra o preposto responsável, tendo em vista que a responsabilidade do contabilista, neste caso, é pessoal perante o preponente.

Dessa forma, a primeira parte do parágrafo único do artigo 1.177 do Código Civil dispõe sobre a responsabilidade civil pessoal do contador perante o preponente, em caso da prática de atos culposos, o que impõe a responsabilidade objetiva do preponente perante os terceiros prejudicados.

5.1.1.2 Da responsabilidade solidária do preposto com o preponente por atos dolosos, em face de terceiros

O Código Civil institucionalizou a responsabilidade solidária dos contabilistas com os empresários preponentes, fazendo com que esses profissionais repensem sua prestação de serviço, na medida em que assumem, junto com seu cliente, as responsabilidades por todos os atos ilícitos cometidos por este na gestão da empresa (CARVALHO; CHAGAS, 2015).

O parágrafo único do artigo 1.177 do Código Civil também prevê a existência de responsabilidade solidária entre o contabilista preposto e o preponente, perante terceiros, em caso de atos dolosos.

Entende-se por atos dolosos aqueles praticados com o conhecimento de que o resultado será ilícito, ou seja, tem-se a intenção de ofender o direito. “Quando existe uma intenção deliberada de ofender o direito, ou de ocasionar prejuízo a outrem, há o dolo, isto é, o pleno conhecimento do mal e o direto propósito de o praticar”. (STOCO, 2011, p. 97).

Em caso de ato doloso, o contabilista preposto responde solidariamente com o preponente perante terceiros prejudicados. Neste caso, o terceiro prejudicado poderá acionar judicialmente tanto o preposto como o preponente, ou os dois simultaneamente:

Neste caso, o Contabilista responderá solidariamente com o titular da empresa, sócios, diretores, administradores e outros implicados, perante terceiros e, na eventualidade de um processo judicial, são tão responsáveis quanto o dono da empresa tendo o seu patrimônio disponível para quitar dívidas pelos atos praticados. (DORNELES; BARRICHELLO, 2004, p. 43).

Portanto, “no caso de ato doloso, ocorrerá situação de solidariedade, devendo o preponente ser demandado juntamente com o preposto para o ressarcimento de prejuízos provocados a terceiros”(FIUZA; SILVA, 2010, p. 606).

Segundo Oliveira (2005, p. 122):

O Código Civil veio de forma frontal, responsabilizar também o contabilista que age de forma voluntária, conveniente e dolosa junto com o preponente ou empresário. Isto reforça a posição de que o profissional deverá atuar com zelo e diligência e observar às normas contábeis e de forma ética, sob pena de em alguns pontos, eximir o empresário das responsabilidades e quando não respondendo solidariamente pelos seus atos imprudentes ou ilícitos.

Dessa forma, é necessário que os profissionais da área contábil estejam atentos para as práticas dolosas a serem propostas ou impostas por seus clientes ou por seus empregadores, na medida em que serão responsabilizados solidariamente com eles pelos danos que causarem a terceiros (MAIDA, 2007).

5.1.2 A responsabilidade do preponente quanto aos atos praticados pelo preposto em seu estabelecimento

O artigo 1.178 do Código Civil trouxe a disciplina sobre a responsabilidade do preponente quanto a quaisquer atos praticados pelos contabilistas prepostos dentro e fora de seu estabelecimento. Eis o que se extrai da leitura do referido dispositivo:

Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor. (BRASIL, 2002).

Percebe-se pela leitura do referido artigo que os preponentes são responsáveis por todos os atos praticados pelos prepostos dentro de seu estabelecimento e que estejam relacionados com as atividades da empresa. E, quanto aos atos praticados fora do estabelecimento, se responsabilizarão apenas por aqueles praticados pelos prepostos que estejam nos limites dos poderes conferidos por escrito pelo preponente.

O referido artigo trata das autorizações dadas pelos preponentes ao contabilista para que ele proceda à escrituração. Se a escrituração for realizada dentro do estabelecimento do empresário, é de sua responsabilidade, mesmo não havendo autorização expressa ao

contabilista para a prática dos atos. Se realizada fora do estabelecimento, somente será de responsabilidade dos empresários, se houver autorização expressa para a prática daquele determinado ato. (NIVEIROS et al., 2012).

Oliveira (2005, p. 7) distingue a responsabilidade civil pelos atos praticados pelo preposto dentro e fora do estabelecimento do preponente:

Quando os atos contábeis forem praticados pelo preposto nos estabelecimentos dos preponentes, quem ficará responsável pelas consequências relativas à empresa será o próprio preponente, quando forem realizados fora de seu estabelecimento, ou seja, no escritório particular do preposto, este será responsável pelas consequências.

Dessa forma, o referido artigo destaca que os empresários serão tão responsáveis quanto os contadores pelos atos praticados por estes, assim, o parágrafo único do artigo 1.178, trouxe uma nova realidade ao passar “a exigir a confecção de um contrato de prestação de serviço contábil muito bem elaborado e fundamentado à luz do melhor doutrina e jurisprudência, e que especifique claramente quais informações serão fornecidas por este profissional” (NIVEIROS et al., 2012), sob pena de o empresário ser responsabilizado pelos atos do contador inclusive fora de seu estabelecimento.

5.1.2.1 Dos atos praticados dentro do estabelecimento

Conforme demonstrado anteriormente, o caput do referido artigo determina que os atos praticados pelos prepostos, sejam eles Contabilistas ou auxiliares, no estabelecimento do preponente e que estejam relacionados à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito, tornam o preponente responsável por eventuais problemas junto aos clientes, fornecedores e quaisquer pessoas a eles vinculados (DORNELES; BARICHELLO, 2004).

Isso ocorre porque “o preponente responderá pelos atos que seus prepostos pratiquem dentro do estabelecimento, havendo sempre a presunção de que estes estão autorizados” (FIUZA, 2006, p. 964). Portanto, diante da existência de presunção de que os atos praticados pelo profissional contábil dentro do estabelecimento são autorizados pelo preponente é que ele se responsabiliza por essas práticas:

Os atos praticados pelos prepostos dentro do estabelecimento comercial da empresa presume-se que foram autorizados pelo preponente, mesmo não existindo documento escrito. O preposto não é obrigado a apresentar ao cliente ou àquele que comparecer ao estabelecimento para realizar um negócio qualquer documento que comprove estar ele autorizado a praticar o ato negocial. Assim, o preponente sempre responderá pelos atos que seus prepostos pratiquem dentro do estabelecimento, havendo sempre presunção de que estão autorizados. (FIUZA; SILVA, 2010, p. 606).

Portanto, se o trabalho estiver sendo realizado dentro do estabelecimento do preponente ou empresário e se foram realizados de forma inadequada, ele é responsável pelos atos dos prepostos, sejam eles contabilistas ou auxiliares, desde que praticados no estabelecimento e que sejam relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, impõe-se a responsabilidade ao preponente pelos atos praticados pelo preposto dentro de seu estabelecimento, independentemente de autorização por escrito, em razão de essa autorização ser presumida.

5.1.2.2 Dos atos praticados fora do estabelecimento

O parágrafo único do artigo 1.178 do Código Civil prevê que quando os atos forem praticados fora do estabelecimento, o preponente somente será responsável nos limites dos poderes conferidos ao preposto por escrito, cujo instrumento pode ser suprido por uma certidão ou cópia autêntica de seu teor.

Assim, quanto aos atos praticados fora do estabelecimento, o preponente somente será responsável civilmente pelos atos praticados pelo profissional contábil nos limites das obrigações contraídas pelo preposto, consignadas, expressamente, em documento de delegação de poderes para prática dos atos:

No que se refere, todavia, aos atos praticados fora do estabelecimento, o preponente somente responderá pelas obrigações contraídas pelo preposto que expressamente constarem do documento ou instrumento de delegação de poderes para a prática de atos, o que pode ser provado por certidão ou cópia autenticada. Se os atos do preposto excederem os limites dos seus poderes, o preponente não pode ser demandado em razão de prejuízos eventualmente causados a terceiros. (FIUZA; SILVA, 2010, p. 606).

Consequentemente, se o profissional contábil extrapolar os limites dos poderes conferidos a ele pelo preponente, este não poderá ser demandado civilmente para arcar com os eventuais danos causados a terceiros pelos atos praticados pelo preposto fora do estabelecimento.

Dessa forma, quando os atos são praticados fora do estabelecimento, o preponente somente responderá pelas obrigações contraídas pelo preposto que expressamente constarem em documentos, não sendo exigida do preponente indenização se o contabilista exceder os limites dos seus poderes, causando eventuais prejuízos a outrem (FIUZA, 2006).

Portanto, as obrigações do contabilista devem estar bem expressas no contrato de prestação de serviço, sob pena de o preponente ser responsabilizado pelos atos praticados pelo

contabilista fora do estabelecimento e que causarem danos a terceiros. Eis o que leciona Oliveira (2005, p. 7):

Desta forma, se faz indispensável o contrato de prestação de serviços contábeis por escrito, devidamente assinando pelas partes e subscrito por duas testemunhas. Neste instrumento deverão constar de forma inequívoca os direitos e obrigações das partes.

É importante também para a preservação da integridade profissional, moral, penal e patrimonial do contabilista, que se este for agir em nome do seu cliente ou preponente, exija sempre um instrumento procuratório, pois somente com uma procuração ou carta de preposição, poderá praticar os atos necessários, observando os limites dos poderes contidos no respectivo instrumento de mandato.

Seja qual for a situação, é necessário que o profissional contábil atue sempre com zelo, ética e responsabilidade no exercício de suas funções, sob pena de arcar com as responsabilidades advindas da lei.

5.2 Da jurisprudência relacionada ao tema

A responsabilidade civil do profissional contábil é tema bastante importante e recorrentemente discutido nas cortes brasileiras.

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em decisão recente, decidiu pela responsabilidade civil do contador em razão de falha na prestação do serviço de contabilidade, o que ocasionou o encerramento de pessoa jurídica, restando, assim, configurado o dever de indenizar. O acórdão do julgado restou assim ementado:

Responsabilidade Civil - Indenizatória – Prestação de serviços - Danos morais. 1. Falha na prestação de serviços de contabilidade, ocasionando o encerramento da pessoa jurídica em que o autor desenvolvia suas atividades profissionais. Dever indenizatório configurado. 2. Danos morais in re ipsa. Circunstância que abalou a imagem do autor perante fornecedores e clientes, superando os limites do mero aborrecimento. 3. Para a fixação do quantum indenizatório, levam-se em conta determinados critérios baseados nas condições econômicas e sociais das partes, bem como a intensidade do dano, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. 4. Honorários advocatícios majorados para 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, em observância ao art. 85, §11, do NCPC. Ação julgada parcialmente procedente. Recurso desprovido, com observação. (SÃO PAULO, 2017).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também condenou contadores a pagarem indenização, com base no artigo 1.177 do Código Civil, na medida em que os referidos profissionais, na qualidade de prepostos, praticaram condutas negligentes que causaram prejuízo material à empresa, estando, assim configurada a responsabilidade subjetiva:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM RESSARCIMENTO POR PERDAS E DANOS.

PRESCRIÇÃO. Os prejuízos sofridos pela empresa autora ocorreram em 2011, com a imposição de multa pela Receita Federal, ante a alegada negligência dos contadores réus. Dessa forma, é na data do pagamento da referida multa que surge o direito ressarcitório da empresa autora, não havendo falar em prescrição visto que a ação foi ajuizada no mesmo ano. **SENTENÇA ULTRA PETITA.** Não há falar em sentença ultra petita, porque o pedido feito deixa claro que o autor busca a condenação das rés pelos prejuízos materiais de sua conduta negligente. **DA LEGITIMIDADE DO CORRÉU.** A responsabilidade civil do contador é subjetiva, quer quando age como profissional liberal (art. 14, §4º, do CDC), quer quando atuando como preposto, caso em que se regula pelo disposto no parágrafo único do art. 1.177 do Código Civil. **RESPONSABILIDADE DOS CONTADORES. NEGLIGÊNCIA.** Havia atrasos nos pagamentos de obrigações tributárias e previdenciárias da autora, de modo que os contadores responsáveis deveriam ter orientado o cliente acerca de suas obrigações, se não lhe eram alcançados os documentos dos quais necessitava para exercer o serviço técnico adequado. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.** A fixação dos honorários deve obedecer à equidade e valorar as moduladoras elencadas nas alíneas do § 3º c/c §4º do art. 20 do CPC, modo a não ensejar o aviltamento da profissão de advogado. No caso em apreço, os honorários foram fixados em patamar ínfimo, diante do trabalho realizado pelo advogado e o tempo de tramitação do feito, merecendo, pois, majoração. **PRELIMINARES AFASTADAS. RECURSO AUTORAL PROVIDO. APELO DOS RÉUS DESPROVIDO. UNÂNIME.** (RIO GRANDE DO SUL, 2016)

Percebe-se, assim, que o tema tratado no presente trabalho é de suma importância para a vida profissional dos contadores, na medida em que ao exercerem suas funções, se causarem danos a terceiros, poderão ser demandados judicialmente para ressarcir o prejuízo, sendo responsabilizados civilmente.

Dessa forma, o profissional contábil deve sempre atuar com zelo, diligência e observância às normas legais e contábeis, para evitar qualquer tipo de responsabilização civil.

CONCLUSÃO

O presente trabalho fez um estudo sobre a responsabilidade civil do contador no exercício de sua função, à luz do ordenamento jurídico brasileiro, especificamente, no que se refere aos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil.

O objetivo era demonstrar que o contador deve sempre exercer a sua profissão com ética e responsabilidade, tendo em vista que a depender dos atos praticados por ele, se causarem danos a terceiros, ele será responsabilizado civilmente, devendo ressarcir os prejuízos causados.

Demonstrou-se que os contabilistas, atualmente, são profissionais importantíssimos, sendo essenciais para a sobrevivência de qualquer empresa. Por essa razão, vêm sendo cobrados e exigidos cada vez mais.

Dessa forma, sendo esses profissionais demandados cada vez mais, eles devem ter pleno conhecimento de que podem ser responsabilizados por erros cometidos, seja por culpa ou dolo, conforme dispõe o Código Civil. Devem também estar cientes que a depender do caso, não é necessário nem mesmo provar o elemento subjetivo, culpa ou dolo, para gerar o dever de indenizar.

Concluiu-se que o referido diploma normativo prevê a responsabilidade civil pessoal do contador perante o preponente, em caso da prática de atos culposos, o que impõe a responsabilidade objetiva do preponente perante os terceiros prejudicados.

Demonstrou-se, também, que em caso de ato doloso, ocorrerá situação de solidariedade, devendo o preponente ser demandado juntamente com o preposto para o ressarcimento de prejuízos provocados a terceiros.

Por fim, restou consignado que o preponente é responsável por todos os atos praticados pelo contabilista dentro do seu estabelecimento e, fora dele, somente relativos àqueles atos previstos em documento escrito de delegação de poderes.

Recomenda-se que o assunto tratado no presente trabalho seja mais divulgado e mais estudado pelos contadores em suas faculdades, tendo em vista que é um assunto de extrema importância para essa classe de trabalhadores, quase não analisado nos cursos superiores.

Diante dessa pesquisa bibliográfica, recomenda-se, ainda, a realização de trabalho de aplicação de questionários, assim como feito por Gonzatti (2016), aos profissionais e futuros profissionais visando identificar o conhecimento e a postura quanto às suas responsabilidades civis e éticas decorrentes da prestação de serviços contábeis em situações conflitantes. Ou, ainda, a realização de um estudo de caso relacionado à uma empresa para se

saber se as atividades realizadas por ela estão de acordo com a legislação que prevê a responsabilidade civil, nos moldes realizado por Franco e Cardoso (2009).

Fica, por fim, como sugestão um estudo sobre os outros artigos de código civil que tratam da responsabilidade civil do contador, especificamente dos artigos 1179 a 1195 e, ainda, uma pesquisa mais aprofundada sobre como os Tribunais Brasileiros veem aplicado o instituto da responsabilidade civil aos profissionais contábeis.

Para realização desta pesquisa, escolheu-se tratar especificamente dos artigos 1.177 e 1.178 do Código Civil, por serem eles os mais inovadores deste normativo e por tratarem especificamente da responsabilidade civil do contabilista e seus auxiliares no exercício da escrituração contábil. Não foram analisados os demais artigos, 1.179 a 1.195 do Código Civil, tendo em vista que a matéria de responsabilidade civil dos contabilistas é bastante extensa e profunda, o que acarretaria num trabalho de pesquisa demasiadamente grande. Por essa razão, sugere-se, num futuro, que sejam realizados trabalhos que analisem os respectivos artigos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. *Direito civil*. v.4, 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALVIM, A. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. São Paulo: Saraiva. 1980.

BARROS, M. R. de F. *A ética no exercício da profissão contábil*. 51 f. Belo Horizonte, MG. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)— Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://sinescontabil.com.br/monografias/trab_profissionais/rosiane.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRAGIO, J. *O sentido de ser educadora/nas brinquedotecas do hospital infantil de Vitória/ES: um estudo a partir dos conceitos de “experiência”, “narrativa” e “cuidado”*. Vitória, ES. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação)— Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGE/CE/UFES, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

CARVALHO, I. M. P. de; CHAGAS, P. C. *A responsabilidade do contador no Novo Código Civil*. Brasília, DF: UCB, 2015. Disponível em: <https://docslide.com.br/documents/a-responsabilidade-do-contador-no-novo-codigo-civil.html>. Acesso em: 06 nov. 2017.

CAVALIERI FILHO, S. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas. 2008.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 803/96. *Aprova o código de ética profissional do contabilista - CEPC*. Brasília: CFC, 1996. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803>. Acesso em: 18 out. 2017.

COSTA, E. E. da. *A contabilidade e os escândalos financeiros no Brasil*. [S. l.]: Contadores, 2017. Disponível em: <<http://contadores.cnt.br/noticias/artigos/2017/09/11/a-contabilidade-e-os-escandalos-financeiros-no-brasil.html>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

DINIZ, M. H. *Código civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, M. H. *Curso de Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civil*. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELES J. L. R.; BARICHELO, S. E. A reponsabilidade civil do contabilista após o novo código civil brasileiro. *Revista eletrônica de Contabilidade*, v. 1., p. 33, set./nov. 2004.

FABRETTI, L. C. *Direito de empresa no novo código civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FIUZA, R. *Novo Código Civil Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIUZA, R.; SILVA, R. B. T. da. *Código Civil comentado*. São Paulo: Saraiva. 2010.

FRANCO, H. *Contabilidade Geral*. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, L. F.; CARDOSO, J. L. Responsabilidade Civil e Penal do Profissional Contábil. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 9, n. 15, 1º sem. 2009. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11332/6705>. Acesso em: 07 nov. 2017.

GOMES, A. S. S.L. et al. Atuação dos profissionais da contabilidade no conceito da ética. *Revista Gestão e Tecnologia: Faculdade Delta*, v. 2, n. 5, p. 42, maio/jun. 2010.

GONÇALVES, C. R. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. *Contabilidade Geral*. São Paulo: Atlas, 2011.

GONZATTI, B. G. *Responsabilidade civil do contador e dos escritórios de contabilidade*. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)— Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 06 jul. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/1239>>. Acesso em: 18 out 2017.

HOOG, W. A. Z. *Novo código civil Livro II: do direito da empresa*. Curitiba: Juruá, 2003.

IMPLICAÇÕES do novo código civil no exercício da função do profissional da contabilidade. Santa Catarina: UFSC, 2017. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/186/20080718141122.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas AS. .2009.

JUCHTECHCHEN JUNIOR, A. R.; ANDRÉ, F. C. *Responsabilidade Civil e Ética Do Profissional Contábil*. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)—Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147392/000999668.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 out. 2017.

KORTE, G. *Iniciação à ética*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

KRIGER FILHO, D. A. *A responsabilidade civil e penal no Código de Proteção e Defesa do Consumidor*. Porto Alegre: Síntese, 2000.

LA TAILLE, Y de. *Moral e ética*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LISBOA, L. P. *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil: Vol. 2 Obrigações e Responsabilidade Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LUNELLI, R. L. *Funções da Contabilidade*. [S. l.]: Portal Tributário, 2014. Disponível em: <<https://boletimcontabil.net/2014/08/06/funcoes-da-contabilidade/>>. Acesso em: 01 out. 2017

MAIDA, F. *A Era Digital, a nova responsabilidade civil dos profissionais de Ciências Contábeis e sua interface com o Direito Tributário*. [S. l.]: Direito.net, 2007. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3447/A-Era-Digital-a-nova-responsabilidade-civil-dos-profissionais-de-Ciencias-Contabeis-e-sua-interface-com-o-Direito-Tributario>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MARQUES, E. B. *A importância do contador na empresa*. [S. l.]: Direito.net, 2005. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2303/A-importancia-do-contador-na-empresa>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

MARTINS, E.; MARTINS, V. A., MARTINS, É. A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. *RIC/UFPE: Revista de Informação Contábil*, v. 1, n. 1, p. 07-30, set. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7724/7810>>. Acessado em: 04 nov. 2017.

MARTINS, O. S.; BRASIL, A. M. S. A contabilidade internacional e a convergência às normas internacionais de contabilidade do IASB. *QUALIT@S Revista Eletrônica*, v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/151/199>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

NALINI, J. R. *Ética geral e profissional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NIVEIROS, S. I. et. al. *Responsabilidade civil: conhecimento dos empresários contábeis de Rondonópolis/MT sobre Responsabilidade Solidária*. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 19, 2012, [s.l.]. Anais... [S.l.]: CBC, 2012. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/pdf/PROGRAMACAO_APRESENTACAO_TRABALHO_S_site.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2017.

OLIVEIRA, C. M. Responsabilidade civil e penal do perito e o profissional de contabilidade na nova legislação civil e falimentar. *Boletim Jurídico*, Uberaba/MG, v. 3, n. 119, 2005. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=558>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. C. A. de. *Da responsabilidade civil do contador no exercício de sua função*. 2009. Monografia (Graduação em Direito)— Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Maria%20Concei%C3%A7ao%20Aparecida%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.

REIS A. de J.; SILVA, S. L. da; SILVA, C. C. A. da. A história da contabilidade no Brasil. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, Salvador, v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299/247>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do RS. Décima Segunda Câmara Cível. Apelação Cível Nº 70059571190. Relator: Alexandre Kreutz. Julgado em 13/12/2016. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=responsabilidade+civil+do+contador&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&filter=0&getfields=*&aba=juris&entsp=a__politica-site&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF-8&ud=1&sort=date%3AD%3AS%3Ad1&as_qj=&site=ementario&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_q=+#main_res_juris>. Acesso em: 06 nov. 2017.

RODRIGUES, S. *Direito Civil: responsabilidade civil*: v. 4. São Paulo: Saraiva, 2003.

SÁ, A. L. de. *Ética profissional*. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, P. de P. S. Responsabilidade civil: origem e pressupostos gerais. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11875>. Acesso em: 20 out. 2017.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo. Apelação n. 1009750-24.2015.8.26.0506. Relator (a): Itamar Gaino; Órgão Julgador: 21ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ribeirão Preto - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/03/2017; Data de Registro: 14/03/2017. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=10247564&cdForo=0>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

SILVA, D. Pl. e. *Vocabulo Jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

SILVA, L. R. da; BRITO, V. B. de. *O novo código civil para contadores*. São Paulo: IOB Thompson. 2004.

STOCO, R. *Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VENOSA, S. de S. *A responsabilidade objetiva no novo código civil*. 2003. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI916,11049-A+responsabilidade+objetiva+no+novo+Codigo+Civil>>. Acesso em: 23 out. 2017.

VENOSA, S. de S. *Direito Civil: responsabilidade civil*. v. 4. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANLUCA, Julio César; ZANLUCA, Jonatan de Sousa. *História da Contabilidade*. 2017. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.